

JULIO ALCANTARA



Os agricultores da UDR e microempresários cantaram juntos o Hino Nacional após aprovação da anistia

Lobby tem seu dia mais ativo

O presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, deixou o prédio do Congresso Nacional no início da noite de ontem carregado nos braços de seus seguidores. Caiado e centenas de filiados da UDR ocuparam as galerias do plenário da Câmara durante parte da tarde — e só saíram do local após a aprovação da anistia do pagamento da correção monetária sobre empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado. Ao ser anunciado o resultado da votação, o líder ruralista comandou o coro em comemoração à vitória. Já a caminho da rampa do Congresso, Ronaldo Caiado saudou os ruralistas, dirigindo-se a eles com "meu povo" e, ao ser erguido, carregou uma bandeira do Rio Grande do Sul e um berrante.

Antes da festa, porém, Caiado e seus seguidores viveram momentos de muita apreensão e expectativa. Isolado em um canto das galerias e cercado de assessores, o líder ruralista não conseguiu esconder seu nervosismo durante a votação da emenda da anistia. Mas quando o momento chegou, ele avisou a todos: "Agora são 453", comunicou um produtor. "Já temos 456 votos", disse outro, em seguida. "Vai dar quase 500", comemorou um terceiro. Não deu. O quorum registrado foi de 471 constituintes — o suficiente, de acordo com levantamento da UDR, para aprovar a proposta com pequena margem, exatamente conforme acabou ocorrendo.

Com o anúncio do resultado, Caiado e seus seguidores passaram a gritar slogans e a trocar abraços. "UDR, UDR, UDR", gritaram em coro. "Caiado, Caiado", prosseguiram. "Justiça, Justiça", comemoraram. "Caiado presidente", concluíram. A festa nas galerias e no gramado do Congresso era aguardada com muita ansiedade pelos quase quatro mil produtores rurais que desde cedo lotaram as dependências do Congresso. Ontem, ao contrário do que ocorreu na semana passada, os lobistas tiveram sua área de atuação bastante restringida e o acesso aos salões especialmente dificultado. Novamente foi feito um corredor de manifestantes para pressionar constituintes a caminho do plenário. Desta vez, contudo, o corredor tinha apenas uma parede, era limitado por cordas e parecia mais desanimado. "As pessoas já estão cansadas", explicou Carlos Manzini, vice-presidente da Associação Comercial de Angra dos Reis, que coordenava a manifestação.

O chefe do serviço de segurança da Câmara, Fernando Paulucci, disse que o afastamento dos manifestantes do plenário devia-se exclusivamente a uma necessidade de dar tranquilidade aos constituintes para comparecerem à sessão. O rigor no tratamento com os lobistas foi notado em todo lugar, menos nas galerias, para onde deputados e senadores levaram convidados seus sem senhas. A certa altura da tarde, a deputada Rose de Freitas (PSDB/ES) saiu do plenário e exigiu providências do serviço de segurança. "Estão colocando convidados da deputada Rita Furtado aqui dentro sem convite", protestou ela. Segundo uma segurança, o problema acabou contornado. Quem não tinha senha, nem a amizade de parlamentares, não passava da rampa do Congresso.

Aposentadorias seguem agora piso de salários

A Constituinte decidiu ontem que todas as aposentadorias serão reajustadas para o mesmo número de salários mínimos (pisos nacionais de salários) a que correspondiam na época da concessão do benefício. O primeiro pagamento com os valores atualizados será feito sete meses após a promulgação da nova Constituição. Aprovado sem nenhum voto contrário, o acordo formulado pelos líderes partidários estabelece também critérios para a transição ao novo sistema de seguridade social, que será implantado definitivamente até 1991.



direito aos mesmos cinco salários (pisos nacionais de salários), desconsiderando os atuais valores percebidos. Caso o vencimento atual seja superior ao benefício concedido, será preservado o maior valor. De acordo com o texto, o aumento das despesas com os benefícios será financiado por recursos do Finsocial.

normas que vigoravam na época de sua admissão, mas poderão usufruir dos critérios que regulam as demais aposentadorias. Este dispositivo, sem nenhum caráter transitório, inclui servidores federais, estaduais e municipais.

Os estados e municípios poderão lançar mão de bens patrimoniais e de prestação de serviços para a quitação, mas o descumprimento das normas estabelecidas pela Constituinte acarretará o fim do parcelamento e o bloqueio do repasse dos recursos destinados pelo Fundo de Participação, até o valor total do débito.



Aloizio Teixeira

Previdência vai gastar 11% a mais

A decisão da Constituinte de vincular os atuais proventos dos aposentados à quantidade de pisos nacionais de salário correspondente ao benefício na época de sua concessão vai aumentar em 10 a 11 por cento o valor do orçamento da Previdência Social, no próximo ano, assegurou ontem o ministro interino Aloizio Teixeira, em entrevista coletiva à imprensa. Isso significa que se o orçamento da Previdência de 89 for igual ao de 88, Cz\$ 3,7 trilhões, ela teria que acrescentar em suas despesas mais Cz\$ 370 bilhões, no mínimo.

COMO FICA

No sétimo mês a partir da promulgação da Constituição, os 2,3 milhões de aposentados do País que ganham acima do piso nacional de salários terão seus proventos aumentados. Por exemplo, quem se aposentou com cinco salários mínimos e hoje ganha bem menos do que isso, vai novamente ganhar cinco pisos de salários vigentes.

A situação dos demais aposentados do País — 4,7 milhões que ganham hoje apenas meio piso nacional de salários e 3,8 milhões que recebem 91,5 por cento desse piso — já está definida no corpo permanente da nova Constituição. Lá ficou aprovado que nenhum aposentado receberá menos que um piso nacional de salários. A despesa decorrente dessa medida não está incluída na previsão do ministro Aloizio Teixeira de um acréscimo de 10 a 11 por cento no orçamento da Previdência.

Aloizio Teixeira disse que o Congresso terá que aprovar ainda dois projetos relativos aos aposentados: um da organização do sistema de seguridade social e outro de custeio e benefícios. Depois de seis meses de promulgação da Constituição, a Previdência terá ainda mais 18 meses para implementar esses projetos. Portanto, somente dois anos depois de promulgada a Constituição, todos os aposentados do País receberão seus proventos de acordo com a lei.

SEGURO-DESEMPREGO

A Constituinte também aprovou a transferência do pagamento de seguro-desemprego do Ministério do Trabalho para o Ministério da Previdência Social. Aloizio Teixeira explicou que a medida não vai causar problema algum para a Previdência, já que os fundos do PIS/Pasep cobrem o financiamento desse seguro.

Aloizio Teixeira comentou ainda que a dívida global dos estados e municípios junto à Previdência é de cerca de Cz\$ 230 bilhões, sendo Cz\$ 7 bilhões relativos ao principal, Cz\$ 144 bilhões de correção monetária e Cz\$ 78 bilhões de juros. De acordo com o que ficou aprovado esta semana pelos constituintes, os estados e municípios que pagarem seus débitos junto à Previdência terão isenção de juros até dia 30 deste mês.

Os idosos, as donas-de-casa e os deficientes impedidos de manter sua própria sustentação terão uma pensão mensal vitalícia, que será definida em lei complementar, já que os líderes não conseguiram consenso na definição de "deficiente". A ideia é se fazer uma lei impedindo que o benefício seja extensivo aos deficientes que tenham renda familiar ou de seu próprio trabalho.

Os servidores públicos tiveram tratamento especial que lhes garante benefícios de acordo com as



Divo (E) e João Cândido acham que ainda não recuperaram tudo

Valor do benefício vai dobrar

LAURENICE NOLETO
Da Editoria de Política

"A situação dos aposentados e pensionistas brasileiros agora vai melhorar um pouco. Não é o que merecíamos, mas ficou melhor que esse absurdo, essa vergonha, que é ser um aposentado hoje nesse nosso País". O comentário é de Divo Gervásio ou Divo Cantor, como é conhecido entre seus amigos o presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul. Há dez anos, contribuía com 10 salários mínimos para a Previdência, aposentou-se com proventos equivalentes a 8,5 salários mínimos e hoje não chega a ganhar quatro salários mínimos. Agora, Divo voltará a receber 8,5 mínimos com que se aposentou.

Idêntica avaliação é feita por outro aposentado gaúcho, João Cândido Pereira de Souza, 62 anos, que trabalhou durante 25 anos como servidor braçal no porto da cidade de Porto Alegre, depois de trabalhar outros longos anos no campo, como agricultor. Pessoalmente, nos 11 anos em que se encontra aposentado, João Cândido diz ter perdido no mínimo 50 por cento dos seus rendimentos. Ele aposentou-se com quatro salários mínimos, teve época em que chegou a receber apenas um salário mínimo e agora recebe três.

João Cândido lembra que, na verdade, essa defasagem é muito maior do que se apresenta, pois o poder de compra do salário mínimo de 10 anos atrás era muito maior do que hoje. Ele tem uma casa própria, comprada de particular, à prestação. Em 1980, reformou a ca-

sa, que era de madeira, reconstruindo-a em alvenaria. "Só que até hoje não consegui rebocá-la. Fiz que nem o João de Barro, arrumei por dentro e entrei", disse ele, exemplificando o quanto o aposentado brasileiro tem dificuldades para sobreviver.

João Cândido, que também é diretor da Federação dos Aposentados gaúchos e ativo militante do movimento de associações de bairros naquele Estado, acha que as conquistas da categoria, ontem de manhã na Constituinte, não chegam ao ponto ideal, "mas é um grande avanço". Aposta na mobilização dos aposentados e pensionistas para conseguir outras vitórias. "É o primeiro passo das nossas conquistas. Mas nossa luta é interminável. Enquanto houver problemas, vamos lutar com persistência", disse.

A nível regional, o grande problema dos aposentados, na opinião de João Cândido, é conseguir com que a Previdência Social pague as anestesias aos aposentados. Segundo ele, no Rio Grande do Sul, ou o aposentado paga uma anestesia do seu próprio bolso, quando precisa dela, ou tem que ficar esperando nas filas um atendimento pela Santa Casa, única instituição no Rio Grande do Sul, que oferece o serviço de anestesia gratuito a todos, indistintamente. "A gente fica até com vergonha de nascer num País tão rico, tão grande e que tem um povo tão miserável", completou Divo Cantor.

Como presidente da entidade representativa dos aposentados e pensionistas gaúchos, Divo participou em setembro do ano passado de um Congresso em Caracas, na Venezuela, com representantes de

10 países da América Latina: "Depois de 16 dias conversando com os companheiros, ouvindo suas exposições, cheguei à triste conclusão de que o Brasil, apesar do seu tamanho gigantesco, é onde o aposentado vive em pior situação. Isso em termos de salários, de atendimento médico-hospitalar oferecido pela Previdência e ainda com relação ao índice de analfabetismo".

Só no Rio Grande do Sul, segundo informações dele, existem cerca de 900 mil aposentados e pensionistas, sendo que desse total 70 por cento ganham menos de um salário mínimo. "É muito triste ter que conviver com companheiros que não têm como comprar uma roupa, alimentos e até mesmo o remédio do qual depende sua sobrevivência. Ganhamos na Constituinte o que deveríamos estar ganhando há muito tempo. O Governo não deveria ter mexido na política salarial. Agora, o que queremos é que essas leis sejam realmente executadas, porque só assim os aposentados deixarão de ser tão discriminados", falou Divo.

João Cândido fala que os aposentados não podem se iludir com essas vitórias parciais e acha que a participação nos movimentos não é necessária apenas nesses momentos, mas "para viver com dignidade". Incansável nas lutas por melhor meio de vida, ele diz que, se não estiver fazendo alguma coisa para alguém, é como se não vivesse. Sem conter o entusiasmo, conclama os aposentados a não ficarem parados, ociosos, e entrar para o movimento da categoria ou para o movimento popular. "Mobilização. Essa é a nossa grande arma", concluiu.

Para Senador, Carta beneficia Manaus

Carlos DeCarli (AM), vice-líder do PTB no Senado Federal, elogiou a decisão do Congresso Constituinte de manter a Zona Franca de Manaus por mais 25 anos com suas características atuais, ressaltando a importância econômica dessa área para a Amazônia e para o País. Ele lembrou o Marechal Castelo Branco, que foi responsável pela criação da Superintendência da Zo-

na Franca (Suframa), e que estabeleceu a adoção de incentivos fiscais para a área.

DESENVOLVIMENTO

A Zona Franca é caracterizada pelo livre comércio de exportação e de importação. O sistema de franquias especiais para importação de mercadorias, materiais, matérias-primas e outros produtos destinados ao seu consumo

interno, à industrialização em seu território, à instalação ou operação de indústrias e serviços, provoca o desenvolvimento econômico da região.

A isenção de taxas sobre a importação também é responsável por grande fluxo de pessoas para aquela área atraídas pelos preços baixos. E todo esse comércio aumenta o número de empregos e estimula a instalação de inúmeras

indústrias na área. O senador amazonense assegura que a decisão da Constituinte é de grande importância para que a região amazônica continue um num ritmo de "desenvolvimento irreversível" e não fique suscetível a uma crise econômica igual a verificada em pleno ciclo de grande produção de seringa, quando os ingleses dominaram o mercado de exportação de borracha.